

SEÇÃO: DOSSIÊ FILOSOFIAS FEMINISTAS

FABULAÇÃO CRÍTICA COMO CONTRACONDUCTA: SAIDIYA HARTMAN COM E CONTRA MICHEL FOUCAULT

Critical Fabulation as Counter-Conduct: Saidiya Hartman with and against Michel Foucault

Marcela Barbosa Lins¹

Ângela Cristina Salgueiro Marques²

Resumo: Neste artigo, analisamos a fabulação crítica de Saidiya Hartman em diálogo crítico com o pensamento de Michel Foucault, propondo uma aproximação ética e política que ultrapassa a questão do arquivo. Embora ambos os autores partam da impossibilidade de recuperar vidas subalternizadas em seu “estado livre” nos documentos históricos, argumentamos que o gesto de Hartman de fabular o não dito opera como uma forma de contraconduta e de cuidado de si. Para sustentar essa hipótese, recorremos às leituras feministas de Foucault, especialmente às de Margareth Rago e Marilda Ionta, que atualizam a noção de práticas de liberdade. O artigo destaca, centralmente, como a amizade – exemplificada na relação fabulada por Hartman entre duas jovens em *Vênus em dois atos* – constitui um gesto capaz de criar resistências afetivas diante da violência institucional e das opressões históricas.

Palavras-chave: Fabulação Crítica. Arquivos Históricos. Contracondutas. Práticas de Liberdade.

Abstract: In this article, we analyze Saidiya Hartman’s critical fabulation in critical dialogue with Michel Foucault’s thought, proposing an ethical and political approximation that goes beyond the question of the archive. Although both authors begin from the impossibility of recovering subalternized lives in their “free state” within historical documents, we argue that Hartman’s gesture of fabulating the unsaid operates as a form of counter-conduct and care of the self. To support this hypothesis, we draw on feminist readings of Foucault, especially those of Margareth Rago and Marilda Ionta, which update the notion of practices of freedom. The article centrally highlights how friendship — exemplified in the relationship fabulated by Hartman between two young women in *Venus in Two Acts* — constitutes a gesture capable of creating affective forms of resistance in the face of institutional violence and historical oppression.

Key words: Critical Fabulation. Historical Archives. Counter-Conducts. Practices of Freedom.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, onde atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado com bolsa CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1585-4845>. E-mail: marcela.lins@gmail.com.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela mesma instituição e bolsista de produtividade do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

1 Introdução

Já nos primeiros parágrafos de *Vênus em dois atos*, Saidiya Hartman (2020, p. 14) argumenta: “Eu poderia dizer, seguindo um filósofo famoso, que o que sabemos de Vênus em suas muitas formas equivale a ‘um pouco mais do que um registro do seu encontro com o poder’ e que isso fornece um ‘esboço insuficiente de sua existência’”. O leitor familiarizado com a obra foucaultiana logo percebe a referência ao texto *A vida dos homens infames*, em que o autor ensaia a possibilidade de aproximação às vidas menores, infames, diante dos fragmentos provenientes das *lettres de cachet*.

Ambos se interessaram pela elaboração de uma história das vidas subalternizadas: aquelas que, sem nome ou sem voz emergem no arquivo no exato momento em que são capturadas pelo poder. Em ambos os casos, trata-se de uma escrita que não parte, evidentemente, da plenitude da experiência vivida, mas dos rastros dos documentos produzidos. Porém, se Foucault (2003), em *A vida dos homens infames*, está interessado em apontar a reinscrição das vidas como um importante sintoma de um regime de saber-poder, em Hartman o gesto é ético e especulativo: parte-se do mesmo diagnóstico da violência do arquivo, mas se reivindica o direito de fabular com e a partir dele, de romper com a posição de neutralidade e de assumir o risco poético e político de reconstituir, ainda que de forma parcial ou fragmentária, aquilo que jamais foi anteriormente narrado.

Contudo, é precisamente uma outra aproximação, não anunciada, que desejamos aqui desenvolver. Ao tomar como ponto de partida a citação explícita de Hartman (2020) a Foucault (2003), neste artigo buscamos explorar tanto os distanciamentos quanto as afinidades da fabulação crítica em relação ao projeto foucaultiano. Se ambos compartilham o interesse por uma história dos que não têm nome, argumentamos que a proposta de Hartman ressoa, ainda que de forma implícita, com outras dimensões do pensamento de Foucault. Isto porque, ao fabular vidas, Hartman não só inscreve novas narrativas no campo historiográfico, mas se engaja em uma prática ética que podemos compreender como uma forma de cuidado de si e do outro.

As seções que compõem este artigo buscam aproximar alguns elementos das abordagens construídas por Foucault (1984, 1985, 1987, 1997, 2003, 2007, 2010, 2013, 2014a, 2014b) e por Hartman (2003, 2020, 2022, 2025) acerca de como práticas emancipatórias estão

associadas à leitura e à apropriação crítica dos arquivos, por meio da invenção de uma escrita desviante, capaz de desafiar os dispositivos de controle e de apagamento das existências.

2 O olhar para o minoritário: consonâncias e diferenças

A vida dos homens infames (Foucault, 2003) é um projeto inacabado, relacionado à retomada dos arquivos consultados por Foucault em suas pesquisas sobre a loucura, a exclusão e os dispositivos de internamento. O texto parte, em grande medida, das *lettres de cachet*, ordens expedidas em nome do rei na França dos séculos XVII e XVIII, que permitiam o encarceramento, o internamento, o exílio ou o agravamento de penas sem julgamento formal. Por muito tempo, esse dispositivo foi compreendido como expressão exemplar do poder arbitrário da monarquia absolutista, uma vez que podia ser utilizado para punir opositores políticos e indivíduos considerados inconvenientes à ordem régia. No entanto, Foucault chama atenção para outro aspecto de seu funcionamento: muitas dessas ordens eram solicitadas por pessoas comuns, que recorriam à autoridade do rei para pedir o confinamento de familiares, vizinhos ou conhecidos acusados de comportamentos considerados indesejáveis. Assim, mais do que simples imposição vertical do poder soberano, as *lettres de cachet* revelam uma forma capilar de circulação da autoridade, pela qual as classes populares também mobilizavam mecanismos régios de controle para regular conflitos domésticos, familiares e comunitários.

No entanto, a nosso ver, mais do que produzir um conhecimento sobre os modos de apropriação popular do poder monárquico, Foucault se interessa pelas condições de aparecimento dessas vidas nos arquivos históricos. Lembremos, com Jacques Derrida (2001), que arquivo deriva do termo grego *arkhé*, no qual se condensam dois sentidos: começo e comando. O arquivo remete, por um lado, ao lugar físico, histórico ou ontológico em que um documento ou acontecimento é registrado e consignado; por outro, designa a autoridade que detém, organiza, interpreta e regula esses fragmentos de história. É justamente essa autoridade que Foucault interroga ao se voltar para vidas ordinárias, “existências-relâmpago” (Foucault, 2003, p. 3), que só se tornaram visíveis no instante de seu encontro com o poder. Seus registros escritos resultam de denúncias, petições ou atos administrativos que as iluminam por um breve momento, quase sempre sob o signo da infração, do desvio ou da desordem. Daí o desejo, anunciado pelo autor, de compor uma “antologia de existências”

(Foucault, 2003, p. 1), capaz de fazer ver vidas menores que emergem à margem da História oficial, tradicionalmente concentrada nos “gestos dos grandes” (Foucault, 2003, p. 11).

A antologia desejada por Foucault (2003) é apresentada a partir de algumas condições: as vidas reunidas deveriam ter realmente existido; deveriam ser obscuras e infaustas; suas histórias precisariam ser breves; os enunciados que as registraram deveriam ter produzido efeitos materiais; e, por fim, sua leitura deveria provocar uma espécie de beleza misturada ao terror. Esses critérios indicam que não se trata apenas de recuperar vidas esquecidas, mas de interrogar a forma mesma de sua aparição no arquivo. De modo que a escrita dessas existências não reconstrói uma história plena, tampouco restitui aos sujeitos uma voz originária – ela expõe os modos pelos quais essas vidas foram fixadas por palavras alheias, atravessadas por relações de poder e tornadas legíveis no instante de sua ameaça. Há, portanto, uma preocupação com a forma narrativa e com sua implicação ética: escrever sobre essas vidas é também assumir uma posição diante dos modos pelos quais elas podem ou não ser contadas³.

Esse interesse por vidas silenciadas percorre toda a obra de Foucault, ainda que sob distintas modulações: os loucos, os doentes, os corpos medicalizados (Foucault, 1987, 2007, 2010), os detentos e infratores (Foucault, 2014a). Em todos esses casos, o autor é interessado em compreender os efeitos da norma sobre aqueles que ela subalterniza. *I.e.*, seu interesse reside na investigação de uma posição que confere poderes diferenciais de nomeação e representação do real. Tal mecanismo outorga ao olhar “de cima” (como a autoridade médica, jurídica ou estatal) a prerrogativa de nomear, classificar e administrar os “de baixo”. Em geral, trata-se de uma violência epistêmica na qual o sujeito marginalizado não possui autoridade para narrar a si mesmo. Ele é transformado em objeto de saber, catalogado em diagnósticos ou autos processuais.

Nesse ponto, torna-se possível compreender uma primeira consonância com o projeto de Hartman (2020): ambos se ocupam de existências registradas porque foram interrompidas ou marcadas por algum desvio em relação ao admissível. A singularidade da autora, no entanto, emerge quando se decide não apenas revelar os dispositivos que produzem o apagamento, mas romper com a lógica de silenciamento que esses arquivos impõem

³ O projeto de retomada desses documentos também é realizado por Foucault junto à historiadora Arlette Farge (2014) no livro *Le désordre des familles*.

(Guilmette, 2023). Em *Vênus em Dois Atos* (Hartman, 2020), ela lê os rastros deixados por mulheres negras escravizadas com a consciência de que jamais se terá uma história completa, mas, ainda assim, reivindica o gesto de fabular, ao imaginá-las como amigas, como confidentes que compartilhavam as violências sofridas a bordo de um tumbeiro.

Se eu pudesse ter imaginado Vênus falando em sua própria voz, se eu pudesse ter detalhado as pequenas memórias banidas do livro de contabilidade, então teria sido possível que eu representasse a amizade que poderia ter florescido entre duas garotas assustadas e solitárias. Companheiras de navio. Então Vênus poderia ter assistido sua amiga moribunda, sussurrado conforto em seu ouvido, a embalado com promessas, a acalmado com “logo, logo” e desejado a ela um bom regresso. [...] Imagine as duas: as relíquias de duas garotas, uma acalentando a outra, inocentes espoliadas; um marinheiro avistou as duas e mais tarde disse que eram amigas. Duas garotas sem mundo encontraram um país nos braços uma da outra. Ao lado da derrota e do terror, haveria isso também: o vislumbre de beleza, o instante de possibilidade (Hartman, 2020, p. 24).

Dessa forma, enquanto Foucault evidencia as violências do arquivo, ao buscar instituir os limites do dizível na história, Hartman tensiona esses limites, insurgindo-se contra a paralisia que a fidelidade ao arquivo pode impor. A história das mulheres subalternizadas, em *Vênus em dois atos*, não é apenas uma história sobre elas, mas uma história *com* elas: comprometida com o que foi silenciado, desfigurado e soterrado. A beleza da fabulação que traz de volta à vida as duas garotas está associada à potência da amizade, que também possui grande valor para o cuidado de si e dos outros em Foucault (1997).

Em outros termos, a experiência da amizade como evento político, para Foucault (1997, p. 136), articula afetos, põe em movimento “fidelidade, coleguismo, companheirismo, aos quais uma sociedade um pouco destrutiva não pode ceder espaço sem temer que se formem alianças, que se tracem linhas de força imprevistas”. Quando a amizade passa a ser base das interações de reciprocidade entre pessoas no ambiente de trabalho, “a instituição é sacudida, intensidades afetivas a atravessam e, ao mesmo tempo, a dominam e perturbam. (...) Estas relações instauram um curto-circuito e introduzem o amor onde deveria haver a lei, a regra ou o hábito” (Foucault, 1997, p. 137).

Além disso, sugerimos uma segunda aproximação, relativa à questão do arquivo. Pensá-lo implica reconhecer sua dimensão de autoridade na construção da história, ponto decisivo tanto para Foucault quanto para Hartman. Como lembra Foucault (2018), o arquivo não corresponde apenas ao conjunto de documentos preservados sobre o passado, mas ao

sistema que regula as condições de emergência dos enunciados: aquilo que pode ser dito, por quem pode ser dito e sob quais formas pode adquirir inteligibilidade. Sua autoridade, portanto, não reside somente na guarda dos vestígios, mas na capacidade de organizar os regimes de visibilidade e legibilidade dos sujeitos. É nesse sentido que o arquivo define, de antemão, quais vidas podem aparecer como objeto de saber e quais permanecem reduzidas ao silêncio, ao desvio ou à insignificância.

É justamente na maneira como o arquivo produz e regula sujeitos e objetos que o pensamento de Hartman encontra e radicaliza a perspectiva foucaultiana. Se, para Foucault (2018), o arquivo designa o sistema que rege a emergência dos discursos, para Hartman (2020, 2025), no contexto da escravidão, esse sistema opera por meio de uma obliteração constitutiva da humanidade. A autora demonstra que o arquivo colonial não falha apenas por omissão, como se simplesmente deixasse de registrar determinadas vidas. Sua violência está em sua própria forma de organização. Trata-se de um arquivo desenhado para contabilizar mercadorias, registrar transações, nomear desvios e autorizar punições a pessoas reduzidas à condição de propriedade. Por isso, ele não apenas silencia sujeitos subalternizados, mas os produz como objetos de poder, tornando suas vidas legíveis sobretudo no momento em que são capturadas, violentadas e destruídas.

Como argumenta Hartman (2020, p. 27):

O arquivo da escravidão repousa sobre uma violência fundadora. Essa violência determina, regula e organiza os tipos de afirmações que podem ser formuladas sobre a escravidão e também cria sujeitos e objetos de poder. O arquivo não fornece um relato exaustivo da vida da garota, mas cataloga as afirmações que autorizaram sua morte. Todo o resto é uma espécie de ficção: donzela vivaz, vadia carrancuda, Vênus, garota. A economia do roubo e o poder sobre a vida, que definiram o tráfico negreiro, fabricaram mercadorias e cadáveres. Mas carga, massas inertes e coisas não se prestam à representação, ao menos não facilmente?

Uma ressalva fundamental a ser feita nesta aproximação é que Foucault, embora interessado em discorrer sobre os distintos escalões em uma estrutura de dominação – segundo a qual a sociedade moderna classifica e hierarquiza corpos em um esquema racional –, não aborda a questão racial ou a estrutura colonial implicada nestas relações. Como pontua Silvia Cusicanqui (2018, p. 27), “a evocação de uma situação colonial é perceptível, mas o autor não a menciona (sua atenção está posta em outras populações enclausuradas: os loucos, os delinquentes, etc.)”.

Esse ponto é também observado pela própria Hartman, em entrevista concedida ao *The New Yorker* (Hartman; Okeowo, 2020). A autora relata que, durante a elaboração de sua tese, pretendia inicialmente escrever sobre o *blues*. No entanto, ao entrar em contato com o debate foucaultiano sobre as formas de subjetivação diante dos regimes de poder, percebeu a possibilidade de formular outro problema de pesquisa. Como afirma Hartman, “Foucault não estava pensando sobre pessoas negras ou sobre a escravidão nas Américas” (Hartman; Okeowo, 2020, n.p.). Desse deslocamento nasce *Cenas da sujeição: terror, escravidão e criação de si na América do século 19*, obra em que Hartman (2025) investiga como regimes de dominação produziram historicamente o estatuto social e os modos de agência das pessoas escravizadas.

3 Fabulação crítica como procedimento e gesto ético, estético e político

A partir dessa lacuna, Hartman (2020) afirma que o trabalho com o arquivo da escravidão impõe um dilema ético fundamental: como narrar vidas sistematicamente reduzidas a mercadorias e cadáveres sem, no próprio ato de narrá-las, reiterar a violência que as silenciou? Para a autora, trata-se de um arquivo constituído por uma violência fundadora, isto é, por um dispositivo de poder que não preserva a vida, mas cataloga as afirmações que autorizaram sua morte. Nesse contexto, a “carga” e as “massas inertes” dificilmente se prestam à representação. O arquivo oficial oferece, antes, nomes lançados como registros contábeis e descrições produzidas pela lógica do tráfico e da desumanização. Diante desse vazio, a fabulação crítica surge não como invenção arbitrária, mas como um gesto ético e metodológico voltado a habitar o lugar impossível da fala. Trata-se de uma escrita que busca ir além da simples repetição da violência inscrita nos documentos coloniais, sem, contudo, ignorar os limites e os riscos desse gesto. Como destaca Hartman (2020), seu desejo é narrar histórias “capazes de recuperar o que permanece adormecido – a aderência ou reivindicação de suas vidas no presente – sem cometer mais violência em meu próprio ato de narração” (Hartman, 2020, p. 15).

Esse gesto fabulador tensiona os limites do documento histórico sem se confundir com uma invenção livre ou escapista. Trata-se, antes, de uma escrita rigorosa, situada entre o factual e o especulativo, que busca interrogar as lacunas do arquivo e imaginar o que poderia ter sido dito, sentido ou partilhado pelas vidas que ele apenas registrou sob o signo da

violência. Ao amplificar a instabilidade e a discrepância dos documentos, Hartman não pretende alcançar uma recuperação do passado, mas liberar essas existências das descrições produzidas por seus alçôz e fazer emergir, ainda que de modo parcial, o afeto e a subjetividade que a economia do roubo tentou obliterar. É nesse sentido que a fabulação crítica se aproxima de uma escuta das “canções indecifráveis” (Hartman, 2020, p. 16).

Contudo, a ética da fabulação crítica reside também no reconhecimento dos seus próprios limites e fracassos. Hartman é dolorosamente consciente de que, por vezes, a narrativa esbarra na impossibilidade de resgate: “não tenho certeza se é possível resgatar uma existência a partir de um punhado de palavras” (Hartman, 2020, p. 26). Há momentos em que o respeito pelo que não podemos saber exige o silêncio ou a admissão da derrota, deixando as figuras históricas, como as duas garotas, sozinhas, em sua irredutível opacidade. A fabulação, portanto, não visa preencher todas as lacunas com certezas reconfortantes, mas desafiar as certezas manufaturadas.

Trata-se de um exercício de imaginação histórica inseparável de uma política do presente, de modo que narrar essas contra-Histórias é justamente recontar uma história do presente. O projeto de imaginar um “estado livre” ou a vida “fora” do papel é uma forma de antecipar uma liberdade que ainda não chegou plenamente – a sobrevivência da escravidão, como desenvolvido em *Cenas da sujeição* (Hartman, 2025). Ao se ocupar destas vidas, a autora ilumina a condição de vulnerabilidade à morte prematura que ainda define a existência negra contemporânea. Assim, a fabulação crítica atua como uma narrativa insurgente que, mesmo marcada pelo fracasso em se instituir como História oficial, persiste como forma de reivindicação de humanidade.

Em sua prática fabuladora, Hartman (2022) também revela como uma racionalidade ficcional a auxilia no processo de escrita, identificando os dilemas implicados em recuperar vidas emaranhadas aos enunciados historicamente legitimados, amalgamando-as aos terríveis registros que as condenaram à morte.

Hartman produz imagens por meio de uma escrita que contesta a causalidade dos documentos oficiais e das explicações legitimadas, elaborando uma estratégia capaz de “desordenar e transgredir os protocolos do arquivo e a autoridade de suas afirmações” (Hartman, 2020, p. 26). Ao perturbar as disposições do poder, sua escrita ficcional torna sensíveis outras formas de imaginar e narrar vidas reduzidas à opacidade pelos registros

coloniais. Nesse ponto, o diálogo com Foucault deve ser compreendido menos como uma equivalência metodológica direta do que como uma afinidade crítica com o gesto genealógico: em ambos os casos, trata-se de recusar a história como continuidade pacificada. Desse modo, o arquivo não é tomado como instância última de verdade: é interrogado como campo de disputa e invenção crítica.

Essa narrativa recombinante é uma fábula não apenas porque recombina os fios do passado para que vestígios dos acontecimentos continuem operando no presente, mas também porque, em uma fábula, sujeitos são agentes que realizam ações. Foucault também menciona o papel da fábula na construção de narrativas em que esteja em jogo “uma indecisão entre verdadeiro e falso” (Foucault, 2003, p. 14), e preconiza a construção extraordinária daquilo que merecia ganhar visibilidade.

A fábula, de acordo com o sentido da palavra, é o que merece ser dito. Por muito tempo, na sociedade ocidental, a vida do dia a dia só pôde ter acesso ao discurso atravessada e transfigurada pelo fabuloso; era preciso que a vida fosse extraída para fora dela mesma pelo heroísmo, pela façanha, pela Providência e pela graça, eventualmente por um crime abominável; era preciso que ela fosse marcada com um toque de impossível. Somente então ela se tornava dizível. (Foucault, 2003, p. 13)

Ao contar histórias impossíveis, o trabalho da fabulação crítica nos oferece elementos especulativos para alimentar um imaginário político por meio do qual se expandem os devires minoritários e os agenciamentos insurgentes. Assim, Hartman (2020) produz fabulações críticas que almejam “tanto contar uma história impossível quanto amplificar a impossibilidade de que seja contada” (Hartman, 2020, p. 28). Ela cria outras possibilidades de aparecimento e legibilidade das vidas, fabulando imagens que tentam dizer o impossível, narrando suas existências a partir do que talvez pudessem ter sido, do “como se” fossem possíveis de outra forma, sem desconsiderar os constrangimentos e limitações de figurá-las. Jogar com os arquivos é produzir uma performatividade enunciativa que permite que novos conjuntos de questões sejam endereçados aos documentos, que outras montagens e associações possíveis componham arranjos para respostas capazes de produzir novas legibilidades:

O arquivo é inseparável do jogo de poder que assassinou Vênus e sua companheira de navio e que exonerou o capitão. E esse conhecimento não nos aproxima de uma compreensão das vidas de duas garotas cativas ou da violência que as destruiu e nomeou a ruína: Vênus. Nem pode explicar por que razão, nesta data tardia, ainda queremos escrever histórias sobre elas. [...] É possível exceder ou negociar os limites constitutivos do arquivo? Ao propor uma série de argumentos especulativos e ao

Intuitio, Chapecó-SC, v. 19, n. 1, p. 1-23, jan.-dez. 2026 (p. 9)

explorar as capacidades do subjuntivo (um modo gramatical que expressa dúvidas, desejos e possibilidades), ao moldar uma narrativa, que se baseia na pesquisa de arquivo, e com isso quero dizer uma leitura crítica do arquivo que mimetiza as dimensões figurativas da História, eu pretendia tanto contar uma história impossível quanto amplificar a impossibilidade de que seja contada. (Hartman, 2020, p. 28)

A performatividade ficcional estaria ligada, segundo essa autora, à forma como pode fazer aparecer certos acontecimentos, elementos e realidades que ainda não tinham sido imaginados. A ficção é capaz de interferir na estruturação do “pensável”, de servir-se da racionalidade ficcional para escapar à roteirização das existências e fazer aparecer lampejos de resistência. A fabulação ficcional opera por montagens, pela combinação de vozes, experiências e rastros os mais diversos em prol da criação de uma semântica e de um imaginário que permitam nomear as injustiças e criar outros desenhos possíveis para as ações dos sujeitos narrados e para os sentidos que atribuímos a elas, de modo a perceber vidas dotadas de valor e merecedoras de proteção.

Eu esperava iluminar o caráter contestado da História, narrativa, evento e fato, derrubar a hierarquia do discurso e submergir a fala autorizada no choque de vozes. O resultado desse método é uma “narrativa recombinate”, que “enlaça os fios” de relatos incomensuráveis e que tece presente, passado e futuro, recontando a história da garota e narrando o tempo da escravidão como o nosso presente. A contenção narrativa, a recusa em preencher as lacunas e dar fechamento, é uma exigência desse método, assim como o imperativo de respeitar o ruído negro – os berros, os gemidos, o sem sentido e a opacidade, que sempre excedem a legibilidade e a lei. [...] A intenção dessa prática não é *dar voz* ao escravo, mas antes imaginar o que não pode ser verificado, um domínio de experiência que está situado entre duas zonas de morte – morte social e corporal – e considerar as vidas precárias que são visíveis apenas no momento de seu desaparecimento. É uma escrita impossível que tenta dizer o que resiste a ser dito. É uma História de um passado irrecuperável; é uma narrativa do que talvez tivesse sido ou poderia ter sido; é uma História escrita com e contra o arquivo (Hartman, 2022, p. 29-30).

É sob esse aspecto que acreditamos que a fabulação crítica pode atuar como prática de liberdade e como forma de contraconduta que recusa subjetividades projetadas de antemão, redefinindo as rotas possíveis para a construção de imaginários políticos dissidentes. Margareth Rago (2013) define, a partir de Foucault (2004), as contracondutas como práticas orientadas por saberes e conhecimentos corporificados, resultantes de experimentações e desvios. É por meio dessa recusa que um sujeito reflexivo reconfigura sua individualidade e sua relacionalidade contextual, modelando, com a ajuda de outros, sua própria existência. Assim, contracondutas são elaborações criativas de outros modos de se conduzir e de ser orientado em direção a outros objetivos e métodos, capazes de definir, para cada um, em sua

teia específica de interdependências, alternativas para relacionar-se eticamente consigo e com os outros.

Consideramos que fabulações críticas criam e alimentam contracondutas que atuam sobre nossa percepção daquilo que pode ser visto, nomeado e sentido: elas tornam possível entrelaçar ficção e fatos documentados, desafiando a violência do Estado, a vigilância e a redução das vidas aos registros de detenção policial e docilização institucional. Desse modo, fabulações críticas podem originar experiências transformadoras comprometidas com um processo relacionalmente construído, que altera a posição de um sujeito em suas redes de interdependência social e modifica a forma como se dá o jogo de expressão e inscrição de modos de vida únicos e irrepetíveis no imaginário coletivo que alimenta práticas políticas, estéticas e éticas de consideração e reconhecimento.

4 A Amizade como contraconduta: leituras feministas das práticas de liberdade

A noção de experiência em Foucault (2019) está intimamente relacionada ao modo como seu pensamento, entre os anos de 1976 e 1984, vai construindo passagens entre os conceitos de poder, governo e técnicas de cuidado consigo e com os outros. Tais técnicas dizem respeito à recusa a um determinado “modo de ser” e de viver imposto hierarquicamente: elas produzem uma experiência que requer o questionamento “do estatuto de sujeito no qual nos encontramos” (Foucault, 2019, p. 35). A experiência transforma o sujeito a partir de práticas que reorientam suas ações e também suas relações com os outros, conduzindo-o, assim, à resistência contra formas de opressão assujeitantes. Ao mesmo tempo, a experiência transformadora permite recusar práticas de controle, para “fugir das condições de possibilidade de uma época” (Laval, 2019, p. 109) a partir de uma transformação de si, dos modos de vida que definem o que somos, isto é, dos limites impostos a uma existência dada.

Esse gesto de ir além dos limites estabelecidos por um campo restrito de nomeação e orientação das experiências é importante na definição da fabulação crítica, pois redefine as condições de vulnerabilidade e de possibilidade de existências até então definidas pelos limites das narrativas contadas sobre elas e normalizadas pelos arquivos. Fabular é alterar as possibilidades de criar e recriar modos de vida nos quais tanto a narradora quanto os sujeitos que agem na narrativa abrem outros devires para seus destinos e, com isso, alteram a legibilidade e a inteligibilidade de suas histórias.

Foucault afirma que o cuidado de si e dos outros implica dois movimentos conjugados. Primeiro, requer a consideração progressiva de si, o controle por meio do qual não se renuncia à realidade, mas “prepara o indivíduo para enfrentar a realidade desse mundo de agora, servindo-se de um conjunto de práticas por meio das quais ele pode construir um princípio de ação permanente” (Foucault, 1994, p. 800). Desse gesto deriva uma experiência transformadora definida como a coragem de “arriscar não ser mais si mesmo” (Foucault, 2019, p. 29). Segundo, requer o cuidado com a redefinição das redes de acontecimentos, quadros de sentido e de entendimento que dizem quem os sujeitos podem ser e como podem agir. Assim, experiências que se realizam a partir de ações transformadoras que interferem nas redes materiais e discursivas que modelam formas de vida alteram as condições de opressão a partir de arranjos que envolvem um processo de redistribuição permanente dos elementos que constituem trajetórias possíveis de definir a potência de uma vida. Na experiência “há sempre um equilíbrio instável, com complementaridade e conflitos, entre as técnicas que asseguram a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por si mesmo e pelas forças que atuam sobre a modelagem de sua vida” (Foucault, 2013, p. 39).

Sob esse aspecto, acreditamos que a experiência se relaciona com a necessidade de construir caminhos e percursos alternativos às expectativas e ideologias dominantes. Isso não significa ignorar questões de ordem normativa, mas sugerir que os modos como agimos sobre nós mesmos e como forças materiais, institucionais e discursivas ampliam ou reduzem a potência de nossas ações, abrem uma possibilidade reflexiva para pensarmos sobre quem somos e como queremos ser. “Precisamos promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos foi imposto durante vários séculos” (Foucault, 2014b, p. 128). Essa imposição vale também para o modo como a orientação normativa dos arquivos e de suas histórias legitimadas interferem na dominância que a biopolítica possui sobre as biopotências⁴.

Nessas experimentações, identifica-se aquilo contra o que as pessoas podem lutar e criam-se as condições por meio das quais a vida vai se transformando em um projeto e em um

⁴ A noção de biopotência é especialmente elaborada por Peter Pal Pelbart (2002), ao relacioná-la, em diálogo com Maurizio Lazzarato e Antônio Negri, aos agenciamentos e bricolagens insurgentes que fazem saltar o monitoramento biopolítico foucaultiano. A biopotência pode agir sobre a biopolítica do controle, ao revelar como as vulnerabilidades situadas e desafiadas podem desenhar formas de vida que não são facilmente classificáveis (como as formas de vida heterotópicas), pois são excessivas, existem entre identidades, sobrevivem e escapam à tentativa de serem capturadas.

espaço habitável e possível. Experiências transformadoras colocam em movimento “operações pelas quais o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um espaço outro” (Foucault, 2013, p. 12). Acreditamos que as práticas de cuidado que agenciam essas experiências podem agir em prol das ações fabuladoras que contrariam a ordem consensual, atestando a impossibilidade de fixar destinos e sua significação. Elas resultam das formas de resistência aos modelos majoritários de acomodação da experiência, de alteração da função dos enunciados existentes, oferecendo condições afetivas, políticas e sociais para a transformação das vulnerabilidades, para outra experimentação das relações intersubjetivas e para outra imaginação política.

Experiências transformadoras podem produzir heterotopias, operações destinadas a deslocar os sujeitos das rotinas e das rotas já previstas, abrindo clareiras reflexivas em meio aos espaços e às narrativas já estabilizadas pelo poder. Uma heterotopia não caracteriza apenas a abertura de espaços outros, alternativos àqueles nos quais as normas saturam as existências com orientações de controle, mas ela pode designar uma forma assumida pela experiência comprometida com as práticas de liberdade. O próprio Foucault menciona que uma heterotopia é um trabalho, uma operação incessante de busca por novas rotas, desvios, coexistências, justaposições e criações de passagens, travessias, atalhos inesperados, impensados, não controlados por esquemas preconcebidos de constrangimento. “As heterotopias iluminam assim campos espaciais imaginários, um conjunto de relações que não são separadas das estruturas e ideologias dominantes, mas vão contra a corrente e oferecem linhas de fuga (...)” (Foucault, 1987, p. 76).

Uma grande contribuição de filósofas feministas como Margareth Rago (2013) e Marilda Ionta (2017), leitoras e críticas da obra de Foucault, tem sido mostrar como as práticas de liberdade garantem, ao mesmo tempo, o cuidado ao indivíduo e aos outros, tecendo entre eles formas de comunicação, de experimentação, de troca recíproca e de responsabilidade que requerem uma receptividade particular aos desejos do corpo e aos prazeres da existência. De acordo com Rago (2013, p. 42), o interesse de Foucault seria pelas possibilidades de “invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo”. Segundo ela, criar outras trajetórias e experiências fora dos parâmetros normalizadores é algo que pode ser feito pelo próprio sujeito, mas também por outros que,

interessados em revisitar narrativas até então estabilizadas pelos discursos oficiais, constituem arranjos capazes de produzir outras legibilidades e inteligibilidades até então desconsideradas. Esse gesto poético e político de fabulação de outros relatos possíveis mostra que a normatividade não permanece invulnerável frente ao que Foucault (2013) define como “criação de si”, ou seja, um trabalho constante e crítico de redefinição de quem somos diante da recusa da identidade que nos é socialmente imposta pelos discursos. Assim, é importante lembrar que “o discurso pode ser tanto um instrumento como um efeito do poder, mas também um obstáculo, uma barreira, um ponto de resistência e um ponto de partida para uma estratégia oposta” (Foucault, 1987, p. 101).

Rago (2013) destaca como, na elaboração das práticas de liberdade, o cuidado de si aparece como uma intensificação das relações sociais: não se trata de renunciar ao mundo e aos outros, mas de modular diferentemente a relação com os outros pelo cuidado de si. A obra tardia de Foucault nos convida a refletir sobre a plasticidade dos modos de vida como matéria-prima para a produção de transformações éticas. Ao definir a noção de “cuidado de si”, ele revela como a intersubjetividade desempenha papel central no “trabalho de si sobre si mesmo”: “o cuidado de si é ético em si mesmo, porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *ethos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros” (Foucault, 2014b, p. 271).

As práticas de liberdade estão relacionadas às técnicas de si e à sua capacidade de criar formas de vida transformadoras. Não se trata de libertar uma subjetividade reprimida, mas de criar práticas que desbloqueiem os modos por meio dos quais as subjetividades são codificadas discursiva, normativa e politicamente. Práticas de liberdade atuam como resistência autônoma aos poderes normalizadores, sobretudo aqueles que sustentam as economias neoliberais, pois “desfazem as linhas da continuidade histórica, questionam as identidades construídas e auxiliam os sujeitos a se constituírem relacionalmente como sujeitos múltiplos” (Rago, 2013, p. 32).

A nosso ver, práticas de liberdade também atuam na invenção de modos de narrar e fabular as experiências para que sejam envolvidas na produção de formas de vida amparadas por agenciamentos específicos, individuais e coletivos, que mostram vidas ordinárias como aquelas modeladas por sujeitos que lutam constantemente para tornarem-se agentes autônomos e interdependentes na artesanaria de suas vidas. Por isso, concordamos com

Hartman (2003), quando afirma que mesmo no fluxo interminável de apagamento das vidas por meio de enquadramentos estigmatizantes, é possível ver e tecer alguns momentos de beleza nos quais as vidas precárias nos alcançam e nos movem, nos afetam, nos comovem de modo a conseguirmos escutar seu rosto, atravessando e fraturando toda a narrativa de apagamento e desfiguração. Mostrar como as mecânicas da legibilidade podem ser descontinuadas, interrompidas é o trabalho da invenção de enunciados que misturam ficcional e factual.

A fabulação crítica nasce do desejo de enfrentar a violência dos arquivos para construir outras possibilidades de “deslocar o relato preestabelecido ou autorizado e imaginar o que poderia ter acontecido ou poderia ter sido dito ou poderia ter sido feito” (Hartman, 2020, p. 29). Rago (2013) e Ionta (2016, 2017) também se preocupam em construir uma escrita que revisita o passado e suas narrativas documentadas para redispôr memórias, fatos e relatos, dando origem a um trabalho contínuo de remontagem reflexiva, pautado pelo enfrentamento à injustiça e à opressão contra mulheres. As autoras se apropriam das considerações feitas por Foucault (2004) para evidenciar que é possível delinear outras condutas para definir e compartilhar experiências de violência, trauma e injustiça que marcam corpos femininos por meio de forças que corroboram normas conservadoras e misóginas.

Os arranjos de contraconduta produzem o cuidado como responsabilidade ética, como consideração sensível para outras formas de expressão das diferenças. Trata-se de um cuidado que reconecta os sujeitos a partir das materialidades que relampejam do passado para criar, no presente, “um espaço subjetivo e intersubjetivo próprio, como abrigo para instalarem-se e organizarem suas vidas” (Rago, 2013, p. 141). Sob esse prisma, entendemos que fabulações críticas produzem arranjos e experiências de contraconduta ao alimentar operações produtoras de alianças e vínculos de interdependência, capazes de modificar condições de vulnerabilidade, incluindo condições institucionais frequentemente perpetuadas nos relatos de arquivo.

Voltemos aqui à decisão de Hartman (2020) ao elaborar a história da relação de amizade entre duas mulheres, cuja existência foi apenas brevemente registrada no livro de contabilidade destinado ao controle de compra e venda de pessoas escravizadas. Nesse livro, “as histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, transformando-as em mercadorias e cadáveres e

identificando-as com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras” (Hartman, 2020, p. 15). Reduzidas ao registro contábil, as vidas são reduzidas ao campo da confiscação, de modo que é, sem dúvida, para sempre “impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser ‘em estado livre’; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele” (Foucault, 2003, p. 4).

Quando Hartman decide escrever sobre a amizade entre as mulheres a bordo do tumbeiro, ela se apoia em Foucault e vai além: busca na beleza “um antídoto à desonra, e no amor uma maneira de ‘exumar gritos enterrados’ e reanimar os mortos” (Hartman, 2020, p. 16). A escrita atua como prática de liberdade quando cria contracondutas voltadas a abrir espaços de jogo que habilitem redispôr, remontar e rearticular os elementos básicos da história, “rearranjando-os, re-apresentando a sequência de eventos em histórias divergentes” (Hartman, 2020, p. 29), ressaltando dissensos que podem comprometer o status do evento. A fabulação para a cena de aparecimento político de Vênus se estrutura em torno da “amizade que poderia ter florescido entre duas garotas assustadas e solitárias” (Hartman, 2020, p. 24).

Vimos anteriormente como a amizade era uma forma central de cuidado de si e dos outros para Foucault (1997). Ionta (2017) recupera a amizade como contraconduta para falar do vínculo entre mulheres, das interdependências que amplificam táticas, realizações, imaginários e solidariedades que lhes permitem negociar com os constrangimentos que pesam sobre nós nos contextos institucionais. As alianças originárias da amizade criam mundos possíveis a partir da sedimentação de ideias, sentidos, gestos e práticas que lhes asseguram um trabalho paciente de tessitura e retessitura constante de uma sabedoria que consiste em fabricar arranjos, emaranhados e gambiarras que transformam as condições de todo um grupo.

A fabulação é a prática de liberdade que elabora os espaços heterotópicos da comunicação, dos sussurros, dos gestos e da troca de saberes e sonhos que alimentou a amizade entre duas companheiras de navio. É interessante salientar a escolha do vínculo da amizade como fio condutor da redistribuição dos poucos elementos controlados pelo arquivo. Como mostra Ionta (2017), em diálogo com Foucault (1997), a amizade é o espaço de jogo no qual indivíduos podem se construir como sujeitos éticos, elaborando formas de vida únicas e conectadas por laços de autovalorização e interdependência. Segundo ela, “a força política da

amizade reside na falta de controle dos poderes sobre os afetos intensos que surgem nessas relações. As amizades são incontroláveis, ingovernáveis em suas emergências, multiplicidades e plasticidades” (Ionta, 2017, p. 379).

O potencial de contraconduta oferecido pela amizade conduz Hartman a elaborar uma agência para as duas mulheres a bordo do navio: são companheiras que trocam confidências, que dividem o medo e as orações, que pensam em alternativas para continuarem vivas, que produzem confiança em um espaço no qual parecia não mais haver lugar para a irmandade. Sob esse aspecto, a amizade e a confiança atuam em um jogo comunicativo no qual os sujeitos se colocam em relação sem hierarquizar opacidades que coexistem, tramando tecidos cuja verdadeira compreensão está na textura mesma da trama, das superfícies de contato e não somente na constituição dos elementos que nela se enredam (Macé, 2023). O processo de construção da amizade requer um trabalho de experimentação, de abertura e de criação de novas disposições para que não apenas novos pensamentos sejam colocados em movimento, mas também imaginários de esperança e coexistência.

Segundo Marielle Macé (2023), a amizade move relações que consideram, que abrem uma borda na qual nos demoramos para permitir um olhar à escuta, um olhar que desafia a maneira como a retórica da inospitalidade tende a dizer que os outros, os diferentes, são excessivos, que eles incomodam, que não há lugar que os comporte, que os acomode. Na amizade, um elo de cuidado se forma, um cuidado político, cuja preocupação central é reunir sem cessar os elementos que permitem sua sobrevivência em um espaço “reabitado, cultivado, imaginado, implicando envolvimento e responsabilidade” (Macé, 2023, p. 29). Contudo, não se trata apenas de sobreviver, mas de criar juntos maneiras de viver, de cooperar, de cuidar e de favorecer o trabalho coletivo, apesar das violências do capitalismo que tudo expropria dos viventes. O cuidado como prática ética de responsabilidade é uma sustentação para a vida e para a modificação das condições de vulnerabilidade humana, com especial atenção ao que resiste à dor, ao sofrimento e ao desastre.

Assim, podemos inferir que Hartman (2020) e Foucault (1997) reivindicam que a zona criativa da amizade deve ser cultivada, defendida, ampliada, pois nela crescem outros modos de habitar e enfrentar a confiscação biopolítica do capitalismo. Os espaços seguros dessa zona produzem um grande “emaranhado de desafios e de destinos, que não temos exatamente que

desembaraçar, mas cujos agenciamentos inesperados, saídas surpreendentes, enodamentos e desnodamentos” (Macé, 2023, p. 35) transformam e modelam o comum.

“Nós” não designa uma adição de sujeitos (“eu” mais “eu” mais “eu”), mas um sujeito coletivo, dilatado ao redor de mim, que fala: eu e não eu, em parte indefinido, potencialmente ilimitado, eu e tudo aquilo a que posso ou quero me ligar. [...] “Nós” é o resultado de um “eu” que se abriu (que se abriu para aquilo que ele não é), que se dilatou, se colocou fora, se ampliou (Macé, 2023, p. 25).

A relação de amizade permite um engajamento em um processo que vai além do eu, uma evasão e desapropriação que elabora a distância, vital para preservar a demanda singular que o outro nos dirige. Na ética do cuidado, o corpo, como evento relacional, estabelece uma situação que redefine a experiência de si e do outro a partir da não indiferença suscitada pela proximidade do estranho a quem oferecemos hospitalidade (Macé, 2023). A confiança é também um dos fundamentos da amizade e evoca novas formas de vida para além das regras institucionalizadas, permitindo a construção de um comum pautado por um processo de comunicação cujo desafio é preservar a diversidade, privilegiar a indeterminação, a imprevisibilidade da ação que é, ao mesmo tempo, hospitaleira e agonística.

Nas reflexões produzidas por Rago (2013), Ionta (2017) e Macé (2023), a amizade é a biopotência que desdobra um imaginário político que revisita vestígios para produzir experiências transformadoras no presente. Essas autoras buscam inspiração no pensamento foucaultiano para mostrar que a amizade redefine a posição dos corpos e das vidas na História, alterando o modo como são percebidas e reconhecidas. Hartman (2020) também aposta na fabulação como operação que elege os vínculos de amizade e confiança que se forjaram no espaço do navio como práticas centrais para o gesto linguageiro de rasura, experimentação e resistência com e contra os arquivos. Fabulações são fruto de cuidadosas operações de reformulação, de reordenação de acontecimentos, de condensação, comparação e deslocamento, que entrelaçam diferentes discursos e vozes para promover aberturas para várias constelações capazes de permitir, ao mesmo tempo, autodefinições e valorizações coletivas que operam por meio de vulnerabilidades.

5 Considerações finais

Escrever com e contra o arquivo parece ser um ponto de interseção entre os trabalhos de Foucault (1984, 1985, 1987, 1997, 2003, 2007, 2010, 2013, 2014a, 2014b) e Hartman (2003, 2020, 2022, 2025). Ambos se debruçam sobre os dilemas referentes à representação das existências, à violência e à morte social, “performando os limites de escrever a História por meio do ato de narração” (Hartman, 2020, p. 29). Ambos valorizam a potência da ficção como forma de ordenar acontecimentos em uma narrativa, não para criar inverdades, mas para produzir cenas de subjetivação individual e coletiva, cenas de aparecimento para “aquelas existências relegadas ao não histórico ou consideradas descartáveis, mas que exercem uma reivindicação sobre o presente e exigem que imaginemos um futuro no qual a sobrevida da escravidão tenha terminado” (Hartman, 2020, p. 30).

Fabular e criar cenas de aparecimento para aquilo que ainda será uma impossibilidade é uma operação e um exercício de contraconduta que, como destaca Hartman (2020, p. 31), redefine “nosso conhecimento do passado e anima nosso desejo por um futuro liberto”. Esse exercício ético compreende o investimento em um método de escrita e pensamento que, ao “descrever obliquamente as formas de violência autorizadas no presente” (Hartman, 2020, p. 31), serve-se da ficção como elo entre temporalidades e acontecimentos, recusando causalidades previamente definidas. A ficção também é importante para Foucault:

Eu pratico uma espécie de ficção histórica. De certa maneira, sei muito bem que o que eu digo não é verdadeiro. Um historiador poderia muito bem dizer daquilo que escrevi: ‘Isto não é a verdade.’ Para dizer as coisas de outro modo: escrevi muito sobre a loucura no começo dos anos 60, fiz uma história do nascimento da psiquiatria. Sei muito bem que o que fiz é, de um ponto de vista histórico, parcial, exagerado. Talvez tenha ignorado alguns elementos que me contradiriam. Mas meu livro teve um efeito sobre a maneira pela qual as pessoas percebem a loucura. E, assim, meu livro e a tese que ali desenvolvo têm uma verdade na realidade de hoje. Eu tento provocar uma interferência em nossa realidade e aquilo que sabemos de nossa história passada. Se sou bem sucedido, esta interferência produzirá efeitos reais sobre nossa história presente. Minha esperança é que meus livros assumam sua verdade uma vez escritos, e não antes. (Foucault, 1994, p. 805)

O termo ficção não designa o contrário da verdade, mas um regime de produção e de transformação da experiência do escritor e do leitor. Ela faz parte da experiência transformadora que cria novas formas de vida individuais e coletivas, interferindo nas escritas do eu e do nós, permitindo que histórias ainda não contadas se convertam em matéria de reflexão e montagem, “sendo algo que outros poderão, não digo retomá-las exatamente, mas ao menos cruzá-las ou perpassá-las” (Foucault, 1994, p. 47).

A nosso ver, Foucault inspira o trabalho de Hartman porque, entre outras coisas, buscou sempre compreender os efeitos violentos das verdades estabelecidas por discursos e práticas reiteradas, problematizando-as, mostrando-as em sua contingência, para abrir espaço de jogo a novas formas de pensar e ler as relações de poder. Vimos como Hartman também busca evidenciar o caráter contingente de toda verdade estabelecida pela História e pelos arquivos. Ela tenta mostrar como as mecânicas da legibilidade podem ser descontinuadas, interrompidas e fraturadas por meio do trabalho da fabulação crítica: a invenção de enunciados que misturam ficcional e factual, que perfuram a narrativa desfiguradora e criam imagens que trazem de volta as corporeidades dos escombros do esquecimento. Hartman (2020) parece apostar no mesmo gesto ficcional: “deslocar o relato preestabelecido ou autorizado e imaginar o que poderia ter acontecido ou poderia ter sido dito ou poderia ter sido feito” (Hartman, 2020, p. 29).

A operação de interpelação dos arquivos e as práticas de liberdade atuam como forma de experiência política e estética que abre a possibilidade de produzir um modo de vida baseado no cuidado de si e dos outros, distinguindo-se das práticas disciplinares de controle. Uma experiência transformadora é fruto de uma agência contínua de sujeitos e grupos que produzem arranjos capazes de oferecer respostas a urgências, a situações de risco que, ao ameaçarem suas existências, requerem que submetam suas vidas a uma transformação. Nesses arranjos contínuos de experimentação, ao mesmo tempo em que os sujeitos criam novas alianças, preservam articulações historicamente situadas entre memórias e identificações associadas a múltiplos tempos e espaços.

Vimos como Hartman (2020) investe em operações fabuladoras que dão origem a um processo de experimentação que aproxima múltiplos espaços e tempos aparentemente inconciliáveis. Em uma experiência transformadora, o factual e a articulação de heterogeneidades convivem e fazem confluir diferentes corpos, lugares, experiências, evidenciando dimensões antes não tematizadas das relações intersubjetivas. A justaposição, no mesmo espaço simbólico, entre o que é apontado como “real” e o momento do trabalho da ficção define a potencialidade de uma cena polêmica, na qual o aparecer dos sujeitos envolve uma operação delicada de questionar o enquadramento violento, de interpelá-lo em busca das fissuras que indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Aparecer é também desafiar os

processos de sujeição a partir da tentativa de erguer o rosto e a beleza da existência daqueles que têm suas experiências roteirizadas, seus destinos vistos como já determinados e suas potencialidades restritas. Aparecer como agente é permitir uma fabulação que contraria a ordem consensual, que atesta a impossibilidade de fixar destinos e sua significação.

De certa maneira, a fabulação coloca em prática uma biopotência minoritária que pode agir sobre a biopolítica do controle, ao revelar, por exemplo, como as vulnerabilidades situadas e desafiadas podem desenhar formas de vínculos intersubjetivos que não são facilmente classificáveis, pois são excessivas, existem entre identidades, sobrevivem e escapam à tentativa de serem capturadas. É o caso da amizade entre duas companheiras de navio, fabulada por Hartman (2020).

A amizade evidencia o cuidado como prática política, pois ela orienta relações comunicativas que nos permitem perceber o outro, recebê-lo e escutá-lo, em uma tomada de posição que implica sair da individualidade para inclinar-se em direção à alteridade e suas demandas. Esse encontro é possível porque, no espaço de jogo do cuidado político, a amizade possibilita a vizinhança com o outro, escapando de uma explicação redutora e preservando sua estranheza perturbadora. Ao mesmo tempo, quando uma resposta ao apelo do outro é formulada, as identidades em contato também se alteram e se reconfiguram. O cuidado ético e político não instaura uma relação de dominação nem de apreensão cognitiva ou de classificação da diferença do outro (reduzindo-a a tipificações e esquemas de representação que permitem governar o universo das coisas e dos seres), mas se define a partir de uma relação de responsabilidade: “aquelas existências relegadas ao não histórico ou consideradas descartáveis exercem uma reivindicação sobre o presente e exigem que imaginemos um futuro no qual a sobrevida da escravidão tenha terminado” (Hartman, 2020, p. 31).

As fabulações geram indecidibilidade, criam outras trajetórias possíveis, outras bordas para a criação de existências que desafiam as formas hegemônicas de produção de legibilidades dos corpos e das vidas. Essas experiências minoritárias nos revelam como a autonomia é fruto da experiência e da forma como ela é trabalhada, individual e coletivamente como base para a ação, por meio da sedimentação de ideias, sentidos, gestos e práticas que lhes asseguram uma vida possível e articulada aos objetos e à perseverança de uma forma de agir que tenta produzir um mundo habitável. A biopotência atua na definição do que é uma vida humana e do que conta como vida sem subestimar as potencialidades, táticas,

realizações, imaginários e solidariedades que lhes permitem escapar dos constrangimentos que pesam sobre elas. São sobreviventes e instituem uma forma de vida que lhes garante um rosto a ser contemplado em um jogo de enunciação e de invenção de uma cena, a partir de um lampejo que não cessa de brilhar em meio ao dispositivo que sustenta os arquivos e a História.

Referências

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2018.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2001.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: Foucault, M. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Usage des plaisirs et techniques de soi. *Le Débat*, n. 27, p. 46-72, 1985.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, v. I, II, III e IV. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. Friendship as a way of life. In: RABINOW, Paul (ed.) *Ethics: subjectivity and truth*, v. 1. New York: The New Press, 1997.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Ditos e Escritos IV, Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. São Paulo: Editora Vozes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Ditos e escritos*, v. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

GUILMETTE, Lauren. Wayward Fables, Poem-Life Experiments: Foucault and Hartman in the Archives. *The Journal of Speculative Philosophy*, v. 37, n. 3, p. 437-446, 2023.

HARTMAN, S. The position of the unthought: interview with Frank B. Wilderson. *Qui Parle*, v. 13, n. 2, p. 183-201, 2003.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista ECO-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12–33, 24 dez. 2020.

HARTMAN, Saidiya; OKEOWO, Alexis. How Saidiya Hartman Retells the History of Black Life. *The New Yorker*, 19 out. 2020.

HARTMAN, Saidiya. A trama para acabar com ela. *Serrote*, São Paulo, n. 40, 2022.

HARTMAN, Saidiya. *Cenas da sujeição: terror, escravidão e criação de si na América do século 19*. São Paulo: Fósforo Editora, 2025.

IONTA, Marilda. Derivas da escrita de si. In: RESENDE, Haroldo de (org.). *Michel Foucault: política, pensamento e ação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 147-162.

IONTA, Marilda. Das amigadas femininas e feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (orgs.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: Intermeios, 2017, p. 375-386.

LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. In: FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 102-142.

MACÉ, Marielle. *Nossas cabanas*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

PELBART, Peter Pál. Pouvoir sur la vie, puissance de la vie. *Multitudes*, n. 9, 2002, p. 25-35.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

Recebido em: 15/12/2025.

Aprovado em: 29/06/2026.

Publicado em: 29/07/2026.